



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

# PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 035/2026

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR. UASG: 989913

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino do município de Nova Tebas - PR, para rota linha Água da Anta.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 37.016,00 (trinta e sete mil e dezesseis reais)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **26/06/2026** às **08h30min** (oito horas e trinta minutos).

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

Aberto

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM PARA OS ITENS PREVISTOS NO ITEM 2.1 DO EDITAL**

Motivo: Existem um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme previsto no Art. 49, II da Lei 123/2006;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
8. DOS RECURSOS .....	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	22



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

**EDITAL**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**

Processo Administrativo nº 108/2026

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Nova Tebas - Pr, por meio da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, sediado(a) na Avenida Belo Horizonte nº 695, centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino do município de Nova Tebas - PR, para rota linha Água da Anta.

1.2. A licitação será está organizada em itens, em atendimento as solicitações e justificativas da Secretaria requisitante, conforme tabela constante do Termo de Referência.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar dos itens deste Pregão os interessados na condição de **MICRO EMPRESAS/EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU MEI**. Para todos os itens as proponentes devem estar previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances poderão ser de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor, unitário e total do item;

4.1.2. Marca e modelo;

4.1.3. Fabricante se for o caso;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.





**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo)

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.



5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Na presente licitação é adotado o envio de lances pelo modo de disputa “aberto” e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme disposto no item 5.12.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens do edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos. Caso algum documento de habilitação não esteja cadastrado ou existente no Sifaf será concedido prazo mínimo de duas horas para anexo do documento pendente por meio da plataforma de acesso do sistema [compras.gov.br](#).

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.novatebas.pr.gov.br](http://www.novatebas.pr.gov.br) bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de



responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*:

10.3.1 Plataforma de acesso do sistema compras.gov.br;

10.3.2 Via seguinte e-mail: [licitacao@novatebas.pr.gov.br](mailto:licitacao@novatebas.pr.gov.br);

10.3.3 Protocolo eletrônico oficial da prefeitura do Município de Nova Tebas – Pr;

10.3.4 Qualquer outro meio eletrônico formal desde que comprovado sua formalidade no envio;



10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.novatebas.gov.br](http://www.novatebas.gov.br) e também na plataforma de acesso do sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br).

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
  - 11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
  - 11.11.1.2. Anexo II – Minuta do Contrato;
  - 11.11.1.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços;

Nova Tebas-PR, 11 de junho de 2026.

**PEDRO  
LOURENÇO**  
Assinado de forma digital  
por PEDRO LOURENÇO  
Dados: 2026.06.11  
16:16:45 -03'00'

---

PEDRO LOURENÇO  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR.



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR**

Processo Administrativo nº 108/2026

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino do município de Nova Tebas - PR, para rota linha Água da Anta.

1.2. Observação: Em caso de divergência entre as informações disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e o conteúdo do edital quanto ao descritivo e unidades de medida dos itens, prevalecerão as disposições estabelecidas no edital.

ITEM	CÓDIGO CATSERV	DESCRIÇÃO DAS LINHAS	EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUANTIDADE DE KM ANUAL REFERENTE A 200 DIAS LETIVOS	VALOR UNT R\$	VALOR TOTAL R\$
1	14222	Linha 06: Saída de Nova Tebas, a Água da Anta, Fazenda Petrechem retornando a Nova Tebas. Veículo mínimo: 07 lugares. Total Km dia: 40	SIM	5600	R\$ 6,61	R\$ 37.016,00

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2026, tendo vigência a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.





#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A garantia consiste na prestação da empresa contratada, por todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09 /1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **5.1. FORNECIMENTO.**

5.2. Considerando o Decreto n.º 215/2024 de 21 de novembro de 2024, que dispõe sobre o Serviço de Transporte Escolar Público do município de Nova Tebas, especificamente com base no Art. 21 que diz:

5.3. O prazo de vida útil dos veículos (próprios ou terceirizados) utilizados no transporte escolar de alunos da rede pública de ensino deverá ser de no máximo 12 anos para veículos tipo van, perua e automóvel, e de 15 anos para veículos tipo ônibus e micro-ônibus, a contar do ano de fabricação.

5.4. Os motoristas deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria compatível com o veículo utilizado no transporte escolar, conforme legislação vigente. E Curso Especializado para Transporte Escolar, conforme previsto pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

5.5. O fornecimento dos serviços deverá ocorrer nos dias previstos no calendário escolar, conforme necessidade das instituições de ensino, dentro do prazo de vigência do contrato;

#### **6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), ficando a fiscalização provisória a cargo da servidora Senhora Adélia Aparecida do Nascimento e definitiva a cargo da servidora Senhora Suzana do Nascimento Borges as quais poderão também contar com o auxílio do Comitê Municipal do Transporte Escolar no que for necessário para o bom andamento dos serviços a serem prestados por meio da presente contratação.

6.2. A fiscalização dos contratos ficará sob responsabilidade das servidoras Adélia Aparecida do Nascimento (fiscal provisória), Suzana do Nascimento Borges (fiscal definitiva), todas designadas pela Prefeitura Municipal de Nova Tebas. E também pelo Comitê Municipal do Transporte Escolar. Todos acompanharão o cumprimento contratual, realizarão inspeções técnicas e atestarão os serviços para fins de pagamento.

6.2.1. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



6.2.2. As notificações de que trata o item anterior deverão ser respondidas em até 2 (dois) dias úteis contados da data de sua emissão.

6.2.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.2.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.2.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.3. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.3.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.4. A gestão do Contrato ficará a cargo da servidora Gabriele Fiuza Stoski designada através da Portaria Municipal nº 3096/2023.

6.5. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.5.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.5.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.5.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual,



baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.5.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

### **Exigências de habilitação**

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

7.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

7.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

7.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#));

7.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

#### **Outras comprovações**

7.23 Alvará vigente da prefeitura onde a empresa está registrada;

7.24 Certidão simplificada da Junta Comercial;

7.25 Comprovante de endereço da empresa;

7.26 RG e CPF dos sócios da empresa e/ou empresário individual;

7.27 Certidão Negativa da Justiça Federal dos sócios da empresa e/ou empresário individual;

7.28 Certidão Negativa da Justiça Estadual dos sócios da empresa e/ou empresário individual;

7.29 Certidão Negativa de antecedentes criminais dos sócios da empresa e/ou empresário individual emitida pela Comarca sede da empresa;

7.30 Comprovante de regularidade com a Justiça Eleitoral dos sócios da empresa e/ou empresário individual;

7.31 Comprovantes de endereço dos sócios da empresa e/ou empresário individual;

7.32 Documentação do veículo em conformidade a linha vencida e informado na proposta;

7.33 Os licitantes previamente vencedores serão convocados para apresentação de comprovante de inspeção e vistoria realizado pelo **COMITÊ MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE SERÃO RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE DE TODA AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PELO DETRAN DOS**



**VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR APRESENTADOS NA PROPOSTA VENCEDORA em ATÉ 10 (DEZ) DIAS APÓS A CONSTATAÇÃO DO VENCEDOR;**

7.34 A documentação exigida no item 7.32 – **DOS VEÍCULOS**, constantes nas **NORMAS PARA GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO DO PARANÁ SERÃO SOLICITADOS E POSTERIORMENTE ANALIZADOS PELO COMITÊ DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL** em conformidade com o item 7.33;

## **8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 37.016,00 (trinta e sete mil e dezesseis reais)**, conforme custos unitários apostos constantes no item 01 do presente termo.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
06.001.12.361.1201.1.604.339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	135-Convênio SEED - Transporte Escolar - PETE
06.001.12.361.1201.1.604.339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
06.001.12.361.1201.1.604.339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	107-Salário-Educação
06.001.12.361.1201.1.604.339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	122-Trasnferencia FNDE/PNATE

## **10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão do relatório definitivo e apresentação da nota fiscal devidamente discriminada, com os dados bancários das contratadas.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

**ANEXO II**  
**MINUTA DE CONTRATO N.º .....**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 035/2026**  
**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2026**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR E DE OUTRO LADO ....., NA FORMA ABAIXO:**

O Município de Nova Tebas, pessoa jurídica de direito público, sito a Avenida Belo Horizonte, nº 695, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Senhor PEDRO LOURENÇO residente e domiciliado neste Município na, nº, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado com endereço à \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº. \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor (a) \_\_\_\_\_, a seguir denominada CONTRATADA acordam firmar o presente contrato, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que institui a modalidade de licitação denominada PREGÃO no formato eletrônico e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, de acordo com as normas constantes no Edital de Licitação, modalidade Pregão n.º 035/2026 devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR, PARA ROTA LINHA ÁGUA DA ANTA.**

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO**

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará mensalmente à contratada o valor de R\$ ..... (....) por quilômetro rodado.

**§ 1º** - Para efeito de contratação, pelo período de sua vigência, este contrato tem o valor global de R\$..... (....), doravante denominado valor contratual.

**§ 2º** - No valor contratado estão incluídas todas as despesas inerentes à completa execução contratual, tais como: todas e quaisquer despesas diretas e indiretas, com relação à prestação de serviço, manutenção do veículo, combustível, seguro, tributos (municipais, estaduais e/ou federais) incidentes sobre a atividade, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e outros de qualquer natureza, que incidam sobre o objeto contratado.

**§ 3º** - Os valores poderão ser revistos e/ou reajustados a requerimento da CONTRATADA, quando houver acréscimos significativos nos preços dos insumos que compõem o seu custo, desde que comprovado





o impacto econômico-financeiro. Para o reajuste de valores será observada a capacidade de pagamento do município, ficando exclusivamente sob sua responsabilidade autorizar ou não o reajuste.

**§ 4º** - Os valores também poderão ser reajustados conforme ocorram modificações na extensão dos itinerários a serem percorridos pelos diferentes veículos colocados em serviço nos diferentes turnos de atendimento.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO CÁLCULO PARA PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

O cálculo para pagamento da CONTRATADA será feito pelo somatório da extensão das rotas definidos pela CONTRATANTE, em quilômetros, a serem percorridos pelos diferentes veículos nos diferentes turnos de atendimento aos escolares nas diferentes rotas sob sua responsabilidade.

### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços ora contratados, será efetuado mensalmente, até o 10 (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal (fatura detalhada) à Secretaria Municipal de Educação dos serviços prestados pela empresa CONTRATADA.

**§ 1º** - As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta de dotação orçamentária a saber:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
06.001.12.361.1201.1.604.339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	135-Convênio SEED - Transporte Escolar - PETE
06.001.12.361.1201.1.604.339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
06.001.12.361.1201.1.604.339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	107-Salário-Educação
06.001.12.361.1201.1.604.339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	122-Trasnferecia FNDE/PNATE

**§ 2º** - Após o pagamento da primeira parcela, a liberação das parcelas seguintes, referente ao valor contratual, fica condicionada à apresentação mensal, na Tesouraria municipal, dos seguintes documentos:

- I - Certidão Negativa de Débito – CND da Receita Federal e Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, sempre que estiverem com sua validade vencida durante todo o período de vigência;
- II - Comprovante do pagamento do Imposto Sobre Serviço - ISS, devido ao Município;
- III - Comprovaantes de pagamentos de salários e de recolhimento das Contribuições Sociais (FGTS e INSS) pertinentes aos empregados alocados nos serviços, objeto deste





contrato:

a) O comprovante de pagamento salarial deverá conter a identificação da empresa, a relação dos empregados vinculados aos serviços deste contrato, a discriminação detalhada das importâncias pagas e descontadas, os recolhimentos fundiários, além dos demais elementos indicados na legislação trabalhista e na norma coletiva da categoria profissional.

**§ 3º** - Qualquer erro ou omissão, referente à documentação fiscal exigida, deverá ser objeto de correção pela CONTRATADA, sob pena de suspensão do pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

O transporte escolar a que se refere este Contrato será executado pela CONTRATADA nas áreas urbana e rural e seus respectivos distritos, conforme rotas previamente definidas pelo CONTRATANTE, cuja descrição consta do Anexo 1 deste Contrato.

**§ 1º** - Nos termos deste Contrato, entende-se como “rota” o conjunto de itinerários a serem percorridos para atendimento de escolares moradores em certas localidades atendidas pela rota:

- a) as rotas serão definidas pela descrição das comunidades/localidades a serem atendidas pelos serviços de transporte escolar objeto deste Contrato;
- b) a identificação (numeração) das rotas e respectivas descrições constam do Anexo 1 deste Contrato;
- c) é facultado ao CONTRATANTE proceder alterações nas rotas, conforme as necessidades de atendimento do transporte escolar, comunicando as alterações à CONTRATADA.

**§ 2º** - Considera-se como “itinerário” o trajeto viário percorrido pelos veículos de transporte escolar para atender uma rota, desde uma origem até certo destino, incluindo neste trajeto as ramificações ou galhos e os complementos de rota. Por suposto, leva-se em conta que:

- a) a cada veículo colocado em serviço pela CONTRATADA corresponde pelo menos um itinerário;
- b) ao longo de um dia, um mesmo veículo pode atender mais de um itinerário em diferentes horários ou turnos;
- c) em geral, os itinerários são percorridos conforme duas viagens (ida e volta), no entanto, em alguns casos podem ocorrer itinerários de uma só viagem;
- d) em um mesmo itinerário pode ocorrer mais de um turno de prestação de serviço;
- e) os veículos podem trafegar por itinerários sobrepostos, em parte ou no todo, sendo o cômputo de quilometragem de cada itinerário feito de modo independente;
- f) a extensão de um itinerário corresponde ao comprimento, em quilômetro, da viagem para atendimento aos alunos.

**§ 3º** - Ambos, o CONTRATANTE e a CONTRATADA, concordam em definir a mesma numeração e/ou nome da rota, para evitar falhas de comunicação.



#### **CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.2. A execução dos serviços objeto deste Contrato ficará subordinada à orientação e fiscalização do Setor de Transporte Escolar, da Secretaria de Educação do Município sendo que a fiscalização provisória a cargo da servidora Senhora Adélia Aparecida do Nascimento e definitiva a cargo da servidora Senhora Suzana do Nascimento Borges as quais poderão também contar com o auxílio do Comitê Municipal do Transporte Escolar no que for necessário para o bom andamento dos serviços a serem prestados por meio da presente contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES**

Fica a CONTRATADA obrigada ao fornecimento e atualização de dados e informações de natureza cadastral e de pesquisa, conforme solicitação e orientação do CONTRATANTE, sobre os veículos e condutores colocados em serviço para atendimento deste Contrato, inclusive os veículos e pessoal de reserva.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA MODIFICAÇÃO DOS ITINERÁRIOS E HORÁRIOS**

Qualquer modificação ou alteração de atendimento às localidades/comunidades, itinerários, trajetos e horários, somente vigorará após aditamento contratual, e deverá ser anunciada com antecedência mínima de 15 dias.

§ 1º - O cálculo da extensão das rotas será feito em quilômetros, a partir das rotas geradas pelo Sistema de Otimização de Rotas (SISLOG) disponibilizado pelo SIGET.

§ 2º - Dúvidas em relação ao cálculo de extensão das rotas deverão ser resolvidas mediante mensuração realizada com aparelhos de georreferenciamento (GPS), por agente público habilitado.

§ 3º - Nas revisões contratuais motivadas por processos de otimização das rotas e/ou supressão de trechos de rotas ou rotas como um todo, antes do prazo de término do contrato, a alteração dos valores contratados não poderá ser maior que 25% do valor total contratado, para mais ou para menos.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES**

I - Caberá à CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento mensal à CONTRATADA no prazo ajustado, desde que cumpridas todas as exigências constantes na Cláusula Quarta – Das Condições de Pagamento, § 2º;
- b) fiscalizar e acompanhar a execução da prestação dos serviços conforme o objeto deste Contrato, podendo suspendê-la, quando a mesma não estiver dentro das normas especificadas;
- c) notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para correção de quaisquer irregularidades encontradas, prestando os esclarecimentos e informações sobre os desajustes ou problemas detectados durante a execução contratual;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

- d) impedir que terceiros executem o serviço, objeto deste Contrato, ressalvado o disposto na Cláusula Nona, item II, alínea b;
- e) indicar locais para embarque e desembarque dos alunos, trajetos e horários a serem cumpridos;
- f) fornecer à CONTRATADA as condições necessárias para que possa desempenhar os serviços estabelecidos dentro das normas deste Contrato;
- g) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- h) permitir o acesso de funcionários às suas dependências, para a entrega de documentos necessários;
- i) solicitar os serviços conforme o calendário escolar estipulado pelo CONTRATANTE;
- j) orientar a CONTRATADA quanto ao fornecimento de dados cadastrais e/ou de pesquisa, conforme suas necessidades;
- k) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores na forma da lei, das normas pertinentes e deste Contrato;
- l) cumprir e fazer cumprir as cláusulas do presente Contrato;
- m) zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar denúncias e reclamações, as quais deverão, em até 03 dias, comunicar as providências tomadas;
- n) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

a. - Caberá à CONTRATADA:

Promover a consecução dos objetivos previstos na Cláusula Primeira deste instrumento mediante as seguintes condições:

- a) prezar pela execução regular, eficiente e satisfatória de todos os serviços pertinentes ao objeto deste Contrato, de acordo com as determinações do CONTRATANTE;
- b) os serviços serão executados diretamente pela CONTRATADA, não sendo permitida a subcontratação, sob pena de rescisão de contrato, exceto se o município assim o permitir;
- c) se houver necessidade de substituição de veículo pela CONTRATADA, isto somente poderá ser feito após concordância formal do Município, com a vistoria prévia;
- d) Na hipótese prevista na letra "c", o veículo deverá estar apto ao transporte, devendo esse passar por vistoria pelo Detran ou Comitê Escolar quando for o caso, tendo sua documentação emitida no mesmo prazo e conforme consta nos itens 7.32 e 7.33 do Anexo I – Termo de referência do Edital;
- e) assumir total e exclusiva responsabilidade pelos pagamentos dos tributos de qualquer natureza, taxas, salários de funcionários, contribuições sindicais de funcionários, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, securitária, indenizatória, comercial e qualquer outro que possa incidir em decorrência da execução deste instrumento, inclusive despesas com combustível e manutenção;
- f) adotar todas as medidas de cautela tendentes a evitar danos materiais e pessoais aos escolares e terceiros, assim como todas as providências relativas ao seguro de tais danos, ficando sempre responsável pelas consequências originárias e acidentes que se verificarem;
- g) responsabilizar-se pela revisão semestral dos veículos nos termos do Artigo 136, da Lei 9.503/97 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, comprometendo-se a sanar as irregularidades, caso surjam, no prazo estipulado pelo órgão competente, sob pena de aplicação das sanções cabíveis (art. 230 do CTB);
- h) zelar para que os veículos estejam em perfeitas condições, observando as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de serviços de transporte escolar, conforme previsto no



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

Código de Trânsito Brasileiro e demais determinações da Secretaria Municipal de Educação, inclusive quanto a novas disposições que venham a ser editadas, e ainda estar com toda a documentação sempre em ordem;

i) promover a devida manutenção de seus veículos durante toda a vigência do Contrato, efetuando reparos e consertos a defeitos ou falhas mecânicas que venham a surgir, providenciando inclusive a imediata substituição das peças, necessária para que os mesmos possam trafegar em perfeitas condições de conservação e funcionamento, sem oferecer risco à segurança dos passageiros, e se preciso, providenciar veículo de reserva;

j) manter veículos de reserva para eventuais necessidades de troca de veículo durante a execução dos serviços solicitados, estando estes já inclusos na quantidade mínima exigida no Edital de Licitação;

k) permitir o livre acesso aos encarregados da fiscalização da CONTRATANTE, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço contratado, fornecendo aos mesmos todos os dados e informações necessários sobre os veículos e condutores sempre que solicitado e dentro dos prazos estipulados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade na execução dos serviços;

l) fornecer dados e informações para os sistemas de informações de gestão, sejam eles municipais, estaduais ou federais, sob forma de pesquisa eventual ou de cadastro sistemático;

m) responsabilizar-se única e exclusivamente pela contratação de pessoal habilitado, observando a legislação vigente;

n) para os condutores de veículos a CONTRATADA deverá obrigatoriamente apresentar o respectivo certificado de habilitação no Curso de Transporte de Escolares;

o) prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos escolares, conforme estabelecido neste Contrato, de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, pontualidade e cortesia na sua prestação, devendo para tanto procurar modernizar seus veículos e mantê-los em bom estado de conservação, bem como realizar as obrigações constantes deste Contrato;

p) tratar com respeito e urbanidade os escolares, os agentes de fiscalização do CONTRATANTE e outros agentes relacionados com o mapeamento das rotas de transporte escolar;

q) manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e especificações exigidas no Edital de Licitação e seus anexos;

r) responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços avençados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação de qualquer natureza que possa surgir em decorrência dos mesmos;

s) comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que o CONTRATANTE julgar necessário;

t) responsabilizar-se apenas e tão-somente pelo transporte de escolares, conforme orientação da Secretaria Municipal da Educação;

u) a CONTRATADA fica expressamente proibida de transportar terceiros, bem como objetos, utensílios, animais, entre outros, sob pena de acarretar a rescisão do contrato;

v) manter a prestação obrigatória destes serviços durante a totalidade dos dias letivos previstos no calendário escolar;

w) cumprir os itinerários/roteiros convencionados, prezando integralmente pela segurança, conforto e comodidade adequada dos passageiros transportados;

x) não permitir o embarque e desembarque dos escolares fora dos locais e horários predeterminados pelo CONTRATANTE, isentando o Município de qualquer custo excedente;

y) a CONTRATADA oferecerá adaptação necessária para deficientes, quando no itinerário/roteiro for constatada a presença dos mesmos.



- b. - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência, ou por razões de comprometimento da segurança dos escolares.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

No caso de atraso injustificado na execução deste Contrato, ou ainda de inexecução total ou parcial do mesmo, o CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei nº 14.133/21, que envolvem quatro penalidades:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório, Edital n.º 035/2026

- a) multa de ..... (por cento) do valor total do contrato devidamente atualizado, quando deixar de cumprir, no todo ou em parte, qualquer das obrigações assumidas;
- b) multa de ..... (por cento) do valor total do contrato devidamente atualizado, na hipótese de, já tendo a CONTRATADA sofrido punição na forma prevista na alínea anterior, vir ela a cometer igual infração, sem prejuízo da imediata rescisão do contrato e aplicação das demais sanções cabíveis;
- c) os valores das multas serão deduzidos em conformidade as previsões constantes na lei nº 14.133/21;

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com qualquer órgão da Administração direta ou indireta.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma na lei, perante a autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - A CONTRATADA ficará isenta das penalidades quando comprovado impedimento e ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, formalmente justificado e aceito pela Administração Pública.

§ 2º - Além das já especificadas neste instrumento, sujeita-se a CONTRATADA inadimplente às demais penalidades previstas na lei nº 14.133/21 e demais alterações;

§ 3º - Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a CONTRATADA apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentada e dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUSPENSÃO DO CONTRATO**

Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de suspender o presente Contrato a qualquer tempo, por prazo indeterminado, mediante aviso prévio de 30 dias à CONTRATADA, por motivo de força maior, fato superveniente, falta de recursos financeiros ou qualquer causa que impossibilite sua continuação, desde que devidamente justificada pelo CONTRATANTE, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços já executados, até a data da suspensão.



## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato, renovado ou não, poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, unilateralmente, com antecedência de 30 dias, ou poderá haver rescisão imediata, para o caso de se caracterizar culpa exclusiva da CONTRATADA, de inexecução total ou parcial do serviço contratado em conformidade as previsões constantes na lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo respeitadas as disposições da legislação em vigor, em conformidade as previsões constantes na lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

A data de vigência do presente contrato será até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado em conformidade as previsões constantes na lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Manoel Ribas, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

MUNICÍPIO DE ....., ...../...../.....

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

Empresa .....

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome

CPF

\_\_\_\_\_  
Nome

CPF



**ANEXO 01 DO CONTRATO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR**

Processo Administrativo nº 108/2026

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino do município de Nova Tebas - PR, para rota linha Água da Anta.

1.2. Observação: Em caso de divergência entre as informações disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e o conteúdo do edital quanto ao descritivo e unidades de medida dos itens, prevalecerão as disposições estabelecidas no edital.

ITEM	CÓDIGO CATSERV	DESCRIÇÃO DAS LINHAS	EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUANTIDADE DE KM ANUAL REFERENTE A 200 DIAS LETIVOS	VALOR UNT R\$	VALOR TOTAL R\$
1	14222	Linha 06: Saída de Nova Tebas, a Água da Anta, Fazenda Petrechem retornando a Nova Tebas. Veículo mínimo: 07 lugares. Total Km dia: 40	SIM	5600	R\$ 6,61	R\$ 37.016,00

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2026, tendo vigência a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.





### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A garantia consiste na prestação da empresa contratada, por todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09 /1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. FORNECIMENTO.**

5.2. Considerando o Decreto n.º 215/2024 de 21 de novembro de 2024, que dispõe sobre o Serviço de Transporte Escolar Público do município de Nova Tebas, especificamente com base no Art. 21 que diz:

5.3. O prazo de vida útil dos veículos (próprios ou terceirizados) utilizados no transporte escolar de alunos da rede pública de ensino deverá ser de no máximo 12 anos para veículos tipo van, perua e automóvel, e de 15 anos para veículos tipo ônibus e micro-ônibus, a contar do ano de fabricação.

5.4. Os motoristas deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria compatível com o veículo utilizado no transporte escolar, conforme legislação vigente. E Curso Especializado para Transporte Escolar, conforme previsto pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

5.5. O fornecimento dos serviços deverá ocorrer nos dias previstos no calendário escolar, conforme necessidade das instituições de ensino, dentro do prazo de vigência do contrato;

### **6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), ficando a fiscalização provisória a cargo da servidora Senhora Adélia Aparecida do Nascimento e definitiva a cargo da servidora Senhora Suzana do Nascimento Borges as quais poderão também contar com o auxílio do Comitê Municipal do Transporte Escolar no que for necessário para o bom andamento dos serviços a serem prestados por meio da presente contratação.

6.2. A fiscalização dos contratos ficará sob responsabilidade das servidoras Adélia Aparecida do Nascimento (fiscal provisória), Suzana do Nascimento Borges (fiscal definitiva), todas designadas pela





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

Prefeitura Municipal de Nova Tebas. E também pelo Comitê Municipal do Transporte Escolar. Todos acompanharão o cumprimento contratual, realizarão inspeções técnicas e atestarão os serviços para fins de pagamento.

6.2.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.2.2. As notificações de que trata o item anterior deverão ser respondidas em até 2 (dois) dias úteis contados da data de sua emissão.

6.2.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.2.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.2.5. O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.3. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.3.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.4. A gestão do Contrato ficará a cargo da servidora Gabriele Fiuza Stoski designada através da Portaria Municipal nº 3096/2023.

6.5. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.5.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



6.5.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.5.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.5.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

### **Exigências de habilitação**

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

7.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

7.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#));

7.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

#### **Outras comprovações**

7.23 Alvará vigente da prefeitura onde a empresa está registrada;

7.24 Certidão simplificada da Junta Comercial;

7.25 Comprovante de endereço da empresa;

7.26 RG e CPF dos sócios da empresa e/ou empresário individual;

7.27 Certidão Negativa da Justiça Federal dos sócios da empresa e/ou empresário individual;

7.28 Certidão Negativa da Justiça Estadual dos sócios da empresa e/ou empresário individual;

7.29 Certidão Negativa de antecedentes criminais dos sócios da empresa e/ou empresário



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

individual emitida pela Comarca sede da empresa;

7.30 Comprovante de regularidade com a Justiça Eleitoral dos sócios da empresa e/ou empresário individual;

7.31 Comprovantes de endereço dos sócios da empresa e/ou empresário individual;

7.32 Documentação do veículo em conformidade a linha vencida e informado na proposta;

7.33 Os licitantes previamente vencedores serão convocados para apresentação de comprovante de inspeção e vistoria realizado pelo **COMITÊ MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE SERÃO RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE DE TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PELO DETRAN DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR APRESENTADOS NA PROPOSTA VENCEDORA** em **ATÉ 10 (DEZ) DIAS APÓS A CONSTATAÇÃO DO VENCEDOR**;

7.34 A documentação exigida no item 7.32 – **DOS VEÍCULOS**, constantes nas **NORMAS PARA GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO DO PARANÁ SERÃO SOLICITADOS E POSTERIORMENTE ANALIZADOS PELO COMITÊ DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL** em conformidade com o item 7.33;

## 8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 37.016,00 (trinta e sete mil e dezesseis reais)**, conforme custos unitários apostos constantes no item 01 do presente termo.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
06.001.12.361.1201.1.604.339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	135-Convênio SEED - Transporte Escolar - PETE
06.001.12.361.1201.1.604.339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
06.001.12.361.1201.1.604.339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	107-Salário-Educação
06.001.12.361.1201.1.604.339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	122-Transferência FNDE/PNATE



## 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão do relatório definitivo e apresentação da nota fiscal devidamente discriminada, com os dados bancários das contratadas.



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA;**

**MODELO DE PROPOSTA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS - PR**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**  
**Processo Administrativo n.º 108/2026**

**PROPOSTA DE PREÇOS**  
**COMPOSIÇÃO DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO**

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ estabelecida na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade – UF, para o fornecimento de bens para a Prefeitura Municipal de Nova Tebas/PR, conforme estabelecido no Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2026 e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	MARCA/ MODELO VEÍCULO	VALOR UNITÁRIO KM	VALOR TOTAL
01	Xxxx	Xx	Xx	Xxx	Xxx
02	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx
03	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx
	TOTAL				XXX

Dados bancários vinculados ao CNPJ:

Banco: Agência: Conta:

**A EMPRESA, DECLARA QUE:**

O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_\_ ( ) dias (mínimo \_\_\_\_ dias).

Estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

Estão inclusos nos valores cotados todos os impostos, taxas, seguros, transporte, uniforme e EPI's, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, taxa de administração, lucro, bem como, todos os outros custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta contratação

Assinatura do Responsável da empresa

CPF:

\_\_\_\_\_

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR

## Estudo Técnico Preliminar 9/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 001

## 2. Descrição da necessidade

**Considerando** que é de responsabilidade do Município assegurar o acesso ao transporte escolar da rede municipal a todos os alunos, garantindo assim o direito constitucional à educação;

**Considerando** que a Secretaria Municipal de Educação e Esporte, no intuito de viabilizar a presença do aluno na escola, especialmente em localidades cujas distâncias e condições de acesso às unidades educacionais interferem diretamente no cotidiano escolar;

**Considerando** a grande extensão das linhas pertencentes ao transporte escolar existentes no Município, fator que impossibilita atender plenamente a demanda escolar apenas com os veículos da frota própria;

**Considerando** que o Município possui diversas estradas com declive acentuado, circunstância que dificulta o tráfego de veículos de grande porte e justifica a diferenciação no tipo de veículo necessário para cada linha;

**Considerando**, ainda, as recomendações constantes na Cartilha “Entendendo os Custos do Transporte Escolar” do FNDE (2019), opta-se pela utilização da mesma como referência para a elaboração do cálculo dos valores de quilometragem a serem licitados no exercício de 2026.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Educação e Esporte	Adélia Aparecida do Nascimento

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

**Considerando** o Decreto n.º 215/2024 de 21 de novembro de 2024, que dispõe sobre o Serviço de Transporte Escolar Público do município de Nova Tebas, especificamente com base no Art. 21 que diz:

**Art. 21.** O prazo de vida útil dos veículos (próprios ou terceirizados) utilizados no transporte escolar de alunos da rede pública de ensino deverá ser de no máximo 12 anos para veículos tipo van, perua e automóvel, e de 15 anos para veículos tipo ônibus e micro-ônibus, a contar do ano de fabricação.



Os motoristas deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria compatível com o veículo utilizado no transporte escolar, conforme legislação vigente. E Curso Especializado para Transporte Escolar, conforme previsto pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Solicita-se à Secretaria Municipal de Licitações e Contratos a abertura de processo licitatório, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, para atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Esporte. O contrato terá vigência até o dia 31/12/2026. As empresas contratadas deverão realizar a prestação do serviço conforme calendário escolar em datas pré agendadas pela secretaria de Educação e Esporte. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão do relatório definitivo e apresentação da nota fiscal devidamente discriminada, com os dados bancários das contratadas. A fiscalização do contrato ficará sob responsabilidade das servidoras Adélia Aparecida do Nascimento (fiscal provisória), Suzana do Nascimento Borges (fiscal definitiva) e Gabriele Fiuza Stoski (gestora de contratos), todas designadas pela Prefeitura Municipal de Nova Tebas. As contratadas deverão colaborar integralmente com a fiscalização, fornecendo todas as informações e documentos solicitados, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente, em caso de falhas, irregularidades ou descumprimento das condições contratuais. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das fontes de recursos: **103, 107, 122 e 135**.

## **5. Levantamento de Mercado**

No presente estudo, foram avaliadas alternativas disponíveis no mercado. Porém, a melhor forma, a contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de transporte escolar, se torna mais vantajosa sob os aspectos técnico e financeiro.

Para embasar a viabilidade da contratação, foram analisados processos licitatórios semelhantes realizados por outros entes da Administração Pública, por meio de consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Verificou-se que os serviços pretendidos possuem grande oferta no mercado, com preços praticados dentro de uma faixa estável, o que evidencia a existência de fornecedores capacitados e aptos a prestação dos serviços, assim, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar caracteriza-se como de contratação frequente por órgãos públicos, o que reforça sua viabilidade e a possibilidade de ampla concorrência no certame. As contratações utilizadas como referência para este estudo estão detalhadas em anexo, compondo a base comparativa para a análise de preços e condições de fornecimento.

Pregão 11/2026, do município de Ibaiti-Paraná, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar terceirizado em atendimento as necessidades da secretaria municipal de educação.

Pregão 04/2026 da prefeitura municipal de Tocos de Moji- MG, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar.

Pregão 01/2026, da prefeitura de Alecrim-RS, que tem como objeto: Contratação de Empresa para Terceirização do Transporte Escolar Municipal.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta para atendimento à demanda consiste na contratação, por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, de empresa especializada e, prestação de serviços de transporte escolar. A escolha por essa modalidade justifica-se por ser a mais adequada sob os aspectos da economicidade, celeridade e ampla competitividade, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Durante a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, foram analisados processos licitatórios semelhantes, não sendo identificada a adoção de metodologias inovadoras ou soluções alternativas viáveis que superassem a contratação direta dos serviços.

Portanto, a realização do Pregão Eletrônico apresenta-se como a alternativa mais eficaz e eficiente, alinhando-se aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem as contratações públicas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base em um levantamento detalhado das necessidades apresentadas pela secretaria de educação, escolas e Cmeis, esse levantamento considerou fatores como numero de alunos nas rotas, condições das estradas e tempo gasto para realizar as rotas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 37.016,00

Tabela descritiva

ITEM	Descrição da linha	Quantidade de km anual referente a 200 dias letivos
01	<div>Linha 06:</div> <div>Saída de Nova Tebas, a Água da Anta, Fazenda Petrechem retornando a Nova Tebas.</div> <div>Veículo mínimo: 07 lugares.</div> <div>Total Km dia: 40</div> <div>Dias letivos: 200</div>	5.600

A estimativa de preços foi elaborada com base na metodologia de tabela de preços com valores por km de cada linha a ser licitada para o ano de 2026, conforme o Decreto Municipal nº 05/2024 da Prefeitura de Nova Tebas. Com essa abordagem, chegou-se ao valor estimado de R\$: 37.016,00

assegurando alinhamento com os preços praticados no mercado. Os detalhes da formação dessa estimativa, incluindo as fontes consultadas e a memória de cálculo, encontram-se anexados a este documento.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

A justificativa para o parcelamento da solução considera sua viabilidade técnica e econômica, uma vez que a adoção do critério de julgamento por “menor preço por item” amplia a competitividade, estimula a participação de mais licitantes e possibilita a seleção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

A contratação será realizada de forma independente, sem vinculação direta com outros contratos ou serviços.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

O município ainda não possui um Plano Anual de Contratações formalizado, porém, a contratação está devidamente prevista no planejamento orçamentário e é compatível com a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação proposta visa garantir o acesso dos estudantes a educação, além de segurança, economia, eficiência e tranquilidade para todos os envolvidos.

Do ponto de vista administrativo e jurídico, busca-se assegurar uma contratação vantajosa para o Município, respeitando os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e eficiência. A adoção da modalidade Pregão Eletrônico garante ampla participação dos fornecedores e contribui para a seleção da proposta mais adequada em termos de custo-benefício, minimizando riscos de sobrepreço, superfaturamento ou inexecutabilidade.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Para garantir o sucesso da contratação, será realizado um acompanhamento rigoroso da execução do contrato pelo gestor e fiscal designados pelo município, e também pelo Comitê Municipal do Transporte Escolar.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Não se identificam danos ambientais diretos associados à contratação, uma vez que se trata de prestação de serviços.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução proposta, ou seja, das empresas para prestação dos serviços descritos, é tecnicamente necessária e viável. A contratação está alinhada com os objetivos da instituição, sendo justificada pelos aspectos social, econômico e estratégico, conforme demonstrado neste estudo. Os requisitos essenciais foram devidamente identificados e analisados, as estimativas iniciais de preços estão documentadas e a relação custo-benefício é favorável. Ademais, as áreas requisitantes comprometeram-se com o planejamento preliminar das soluções, garantindo o alinhamento ao termo de referência.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SUZANA DO NASCIMENTO BORGES**

secretária

**ADELIA APARECIDA DO NASCIMENTO**

técnica pedagógica

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR

Outro 9/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	989913-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR	MARIA DE CASSIA CORDEIRO BOCHINAL	26/05/2026 09:13 (v 0.3)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		00

## Condições gerais da Contratação

Considerando o Decreto n.º 215/2024 de 21 de novembro de 2024, que dispõe sobre o Serviço de Transporte Escolar Público do município de Nova Tebas, especificamente com base no Art. 21 que diz: Art. 21. O prazo de vida útil dos veículos (próprios ou terceirizados) utilizados no transporte escolar de alunos da rede pública de ensino deverá ser de no máximo 12 anos para veículos tipo van, perua e automóvel, e de 15 anos para veículos tipo ônibus e micro-ônibus, a contar do ano de fabricação. Os motoristas deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria compatível com o veículo utilizado no transporte escolar, conforme legislação vigente. E Curso Especializado para Transporte Escolar, conforme previsto pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

## Fundamentação e descrição da necessidade

A presente contratação tem por objetivo a contratação de serviços de transporte escolar terceirizado para linha Água da Anta no ano de 2026.

## Descrição da solução como um todo

A solução proposta para atendimento à demanda consiste na contratação, por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, de empresa especializada em prestação de serviços de transporte escolar. A escolha por essa modalidade justifica-se por ser a mais adequada sob os aspectos da economicidade, celeridade e ampla competitividade, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Foram analisados processos licitatórios semelhantes, não sendo identificada a adoção de metodologias inovadoras ou soluções alternativas viáveis que superassem a contratação direta dos serviços. Portanto, a realização do Pregão Eletrônico apresenta-

se como a alternativa mais eficaz e eficiente, alinhando-se aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem as contratações públicas.

## **Requisitos da contratação**

Considerando o Decreto n.º 215/2024 de 21 de novembro de 2024, que dispõe sobre o Serviço de Transporte Escolar Público do município de Nova Tebas, especificamente com base no Art. 21 que diz: Art. 21. O prazo de vida útil dos veículos (próprios ou terceirizados) utilizados no transporte escolar de alunos da rede pública de ensino deverá ser de no máximo 12 anos para veículos tipo van, perua e automóvel, e de 15 anos para veículos tipo ônibus e micro-ônibus, a contar do ano de fabricação. Os motoristas deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria compatível com o veículo utilizado no transporte escolar, conforme legislação vigente. E Curso Especializado para Transporte Escolar, conforme previsto pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Solicita-se à Secretaria Municipal de Licitações e Contratos a abertura de processo licitatório, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, para atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Esporte. O contrato terá vigência até o dia 31/12/2026. As empresas contratadas deverão realizar a prestação do serviço conforme calendário escolar em datas pré agendadas pela secretaria de Educação e Esporte. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão do relatório definitivo e apresentação da nota fiscal devidamente discriminada, com os dados bancários das contratadas. A fiscalização do contrato ficará sob responsabilidade das servidoras Adélia Aparecida do Nascimento (fiscal provisória), Suzana do Nascimento Borges (fiscal definitiva) e Gabriele Fiuza Stoski (gestora de contratos), todas designadas pela Prefeitura Municipal de Nova 2 de 4 Tebas. As contratadas deverão colaborar integralmente com a fiscalização, fornecendo todas as informações e documentos solicitados, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente, em caso de falhas, irregularidades ou descumprimento das condições contratuais.

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das fontes de recursos: 103, 107, 122 e 135.

## **Modelo de execução do objeto**

O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a emissão do relatório definitivo e apresentação da nota fiscal devidamente discriminada, com os dados bancários da contratada.

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da fonte de recurso: 103, 107, 122 e 135.

## **Forma e critérios de seleção e regime**

Os fornecedores serão selecionados por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, conforme a natureza do objeto a ser contratado. A escolha da modalidade considera a compatibilidade com serviços comuns, permitindo ampla competitividade, economicidade e celeridade na contratação.

## **Estimativas do valor da contratação**

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base em um levantamento detalhado das necessidades apresentadas pela secretaria municipal de educação, escolas e Cmeis,

esse levantamento considerou fatores como número de alunos nas rotas, condições das estradas e tempo gasto para realizar as rotas. A estimativa de preços foi elaborada com base na metodologia de tabela de preços com valores por km de cada linha a ser licitada para o ano de 2026, conforme o Decreto Municipal nº 05/2024 da Prefeitura de Nova Tebas. Com essa abordagem, chegou-se ao valor estimado de R\$: 37.016,00 assegurando alinhamento com os preços praticados no mercado. Os detalhes da formação dessa estimativa, incluindo as fontes consultadas e a memória de cálculo, encontram-se anexados a este documento.

### **Adequação orçamentário.**

A contratação encontra-se prevista no planejamento orçamentário do Município, estando plenamente compatível com a Lei Orçamentária Anual (LOA). Os recursos necessários à execução da despesa estão devidamente assegurados em dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, vinculada à Fonte de Recursos: 103, 107, 122 e 135.

## **1. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ADELIA APARECIDA DO NASCIMENTO**

técnica pedagógica



MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

**TRANSPORTE ESCOLAR 2026**

**Tabela descritiva**

ITEM	Descrição da linha	Quantidade de km anual referente a 200 dias letivos
01	Linha 06: Saída de Nova Tebas, a Água da Anta, Fazenda Petrechem retornando a Nova Tebas. Veículo mínimo: 07 lugares. Total Km dia: 40 Dias letivos: 200	5.600

Secretaria Municipal de Educação e Esporte

Avenida Belo Horizonte, 680– Centro – CEP: 85250.000- Estado do Paraná

Fone (42) 36431109 – CNPJ: 80.620.175/0001-05 e-mail: educacao.nt@hotmail.com





MUNICÍPIO DE  
**NOVA TEBAS**  
*Dedicação e amor por nossa terra*

Ofício nº047/2026

Nova Tebas, 25 de maio de 2026.

**Ao Excelentíssimo Senhor  
Pedro Lourenço  
Prefeito Municipal  
Nova Tebas- Paraná**

**Assunto:** Cesta de preços.

**Agente responsável:** Adélia Aparecida do Nascimento.

Fontes consultadas: Contratações anteriores, mídia de amplo acesso/internet, Cartilha FNDE (2009), Termo de Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, Posto de Combustível, Contratos Administrativos e Detran-PR.

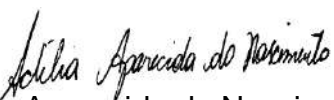
**Série de preços:** cesta de preço em anexo.

**Método matemático aplicado:** média de preços.

**Justificativa para a metodologia:** O cálculo dos valores de referencia da quilometragem a ser licitada para o ano de 2026 foi baseada nas recomendações da cartilha do FNDE 2019 “entendendo os custos do transporte escolar”.

**Custos fixos:** Depreciação, remuneração do capital, custo com pessoal, seguro e custos administrativos.

**Custos variáveis:** Combustível, lubrificantes, pneus, porcentagem de peças e acessórios e porcentagem de mão de obra mecânica.

  
Adélia Aparecida do Nascimento  
Técnica pedagógica

**TABELA DE VALORES DE CADA LINHA A SER LICITADA DO TRANSPORTE ESCOLAR TERCEIRIZADO 2026**

<b>CUSTOS FIXOS COM BASE NOS VEÍCULOS UTILIZADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR 2025</b>									
TIPO DE VEÍCULO	DEPRECIAÇÃO	REMUNERAÇÃO DO CAPITAL	CUSTO COM PESSOAL	SEGURO	CUSTOS ADMINISTRATIVOS	TOTAL			
VEÍCULO MÍNIMO 07 LUGARES	7.806,85	827,00	18.446,56	1.348,63	90,94	28.519,98			
<b>CUSTOS VARIÁVEIS COM BASE NOS VEÍCULOS UTILIZADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR 2025</b>									
LINHAS	COMBUSTÍVEL ANUAL	LUBRIFICANTES	PNEUS	CÁLCULO SOBRE A SOMA COMBUSTÍVEL+PNEU+LUBRIFICANTE E X%REFERENTE A REPOSIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS	CÁLCULO SOBRE A SOMA COMBUSTÍVEL+PNEU+LUBRIFICANTE X%REFERENTE A MÃO DE OBRA MECÂNICA	TOTAL	KM ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANO 2025
LINHA 06  VEÍCULO MÍNIMO 07 LUGARES. TOTAL KM DIA: 40 KM	4.349,33	191,90	2.013,96	1.442,14	524,41	8.521,74	5.600	6,61	3,87

KM DIA	% PEÇAS E ACESSÓRIOS	% MÃO DE OBRA MECÂNICA
ATÉ 30 KM	15%	4%
DE 31 a 50 KM	22%	8%
DE 51 A 80 KM	25%	10%
DE 81 A 120 KM	45%	25%

Para se obter os valores de referência para abertura do Processo Licitatório seguiram-se os seguintes critérios: Somaram-se os valores por categoria dos custos fixos + os custos variáveis, dividiu-se pelo KM anual chegando assim, em um valor de referência por KM.